



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ANÍBAL SOARES DE OLIVEIRA

**A PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS NO ARGUMENTO DE ANSELMO DE
CANTUÁRIA NO *PROSLOGIUM***

FORTALEZA

2023

ANÍBAL SOARES DE OLIVEIRA

A PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS NO ARGUMENTO DE ANSELMO DE
CANTUÁRIA NO *PROSLOGIUM*

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Filosofia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Úrsula Anne Matthias.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O45p Oliveira, Aníbal Soares de.

A prova da existência de Deus no argumento de Anselmo de Cantuária no Proslogium / Aníbal Soares de Oliveira. – 2023.
44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Curso de Filosofia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Úrsula Anne Matthias.

1. Existência de Deus. 2. Argumento ontológico. 3. Anselmo de Cantuária. I. Título.

CDD 100

ANÍBAL SOARES DE OLIVEIRA

A PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS NO ARGUMENTO DE ANSELMO DE
CANTUÁRIA NO *PROSLOGIUM*

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Filosofia.

Aprovada em: 13/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Úrsula Anne Matthias (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Átila Amaral Brilhante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Francisca Galiléia Pereira da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho de pesquisa ao Senhor meu Deus, por Sua presença constante e protetora, e aos meus saudosos pais, que já partiram para a eternidade, José Facundo de Oliveira e Maria Selma Soares de Oliveira (*in memoriam*), cujos ensinamentos e exemplos foram imprescindíveis para minha formação moral, espiritual e psicológica.

AGRADECIMENTOS

À minha amada esposa Ana Maria de Menezes Bezerra Oliveira, companheira fiel e incentivadora constante dos meus sonhos e realizações que, pela sua dedicação, muito contribuiu com a realização do presente texto monográfico, compartilhando opiniões em prol da concatenação das melhores ideias e sugestões para a elaboração do trabalho aqui apresentado.

Ao meu querido filho Asafe Soares Bezerra, desejando que ele sempre cresça, tanto em estatura quanto em conhecimento, e que seja muito feliz.

Às minhas irmãs, exemplos de superação, e ao meu querido irmão, Ismael Facundo de Oliveira.

À Universidade Federal do Ceará. Ao concluir este trabalho, recordo-me das experiências vividas e compartilhadas com várias pessoas. Muitas delas contribuíram de maneira especial para a realização deste estudo.

À Professora Dra. Úrsula Anne Matthias, minha orientadora e amiga que, com grande sabedoria, determinação e respeito profissional, me ajudou a realizar essa monografia.

Ao Professor Dr. Cicero Antônio Cavalcante Barroso, coordenador do curso.

Aos professores Átila Amaral Brilhante, Custódio Luís Silva de Almeida, Evanildo Costeski, Hugo Filgueira de Araújo, Kleber Carneiro Amora, Konrad Christoph Utz, Luiz Filipe Estevinha Lourenço Rodrigues, Odílio Alves Aguiar, Eduardo Ferreira Chagas, Joelma Marques de Carvalho, Maria Aparecida de Paiva Montenegro.

Ao grande amigo Mauro Araújo Garcia, meu gestor e exemplo de caráter e honestidade, grato sempre pela confiança em mim depositada.

Ao meu grande amigo Francisco Josilberto Sousa Alves e família, pelo incentivo e apoio.

Aos colegas de curso, pela partilha do saber e pela convivência acadêmica.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

“Tudo é dele, por ele e para ele. A ele a glória pelos séculos! Amém!” (Rom. 11:36).

RESUMO

A presente pesquisa apresenta o pensamento de Anselmo de Cantuária, religioso católico que viveu no século XI, como temática de reflexão. A argumentação por ele organizada passou a ser conhecida como argumento ontológico. Trata-se de um argumento relevante especialmente quando se considera a tendência atual de afirmar que fé e razão são dimensões antagônicas. Para Anselmo, contrariamente, a existência de Deus poderia ser provada por vias racionais. Para tanto, ele escreveu a obra *Proslogium*, na qual desenvolveu sua argumentação a fim de alcançar as provas da existência divina. Anselmo estava, pois, convencido de que era impossível ao homem insensato afirmar que Deus não existe. Mediante tal horizonte de reflexão, essa monografia tem como objetivos apresentar a exposição desenvolvida por Anselmo de Cantuária como argumento ontológico, que busca provar a existência de Deus por meio da razão pura, partindo da definição do conceito de Deus como o ser supremo e perfeito e, por conseguinte, dissertar sobre as principais objeções ao pensamento anselmiano. Para tanto, é necessário reconhecer que a reflexão de Anselmo recebeu influência direta da mentalidade e da cultura ínsitas à Baixa Idade Média. A metodologia utilizada no presente texto monográfico consiste na pesquisa bibliográfica, sendo o referencial bibliográfico primário o livro *Proslogion: com as respostas de Gaunilo e Anselmo*. Ademais, também foram analisadas produções acadêmicas diversas acerca da temática trabalhada.

Palavras-chave: existência de Deus; argumento ontológico; Anselmo de Cantuária.

ABSTRACT

This research presents the thought of Anselmo de Cantuária, a Catholic religious who lived in the 11th century, as a theme for reflection. The argumentation he organized came to be known as the ontological argument. This is a relevant argument, especially when one considers the current tendency to affirm that faith and reason are antagonistic dimensions. For Anselm, antagonistically, the existence of God could be proved by rational means. For that, he writes the work *Proslogium*, in which he develops his argument in order to achieve the proofs of God's existence. Anselm was therefore convinced that it was impossible for a foolish man to claim that God does not exist. This monograph aims to present the exposition presented by Anselm of Canterbury as an ontological argument, which seeks to prove the existence of God through pure reason, starting from the definition of the concept of God as the supreme and perfect being and, therefore, to discuss about the main objections to Anselm's thought. For this, it is necessary to recognize that Anselm's thought is directly influenced by the mentality and culture inherent in the Late Middle Ages. The methodology used in the present monographic text consists of bibliographical research, the primary bibliographical reference being the book *Proslogion: with the responses of Gaunilo and Anselm*. In addition, a wide range of academic productions on the theme worked were also analyzed.

Keywords: existence of God; ontological argument; Anselm of Canterbury.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ANSELMO DE CANTUÁRIA: VIDA, OBRA E INFLUÊNCIAS AO SEU PENSAMENTO	12
3	O ARGUMENTO ONTOLÓGICO ANSELMIANO E A PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS	21
3.1	O argumento ontológico	21
3.2	O <i>Proslogium</i> e as provas da existência de Deus	24
3.2.1	<i>As provas da existência de Deus</i>	26
4	CRÍTICAS AO ARGUMENTO ANSELMIANO ACERCA DA EXISTÊNCIA DE DEUS.....	33
4.1	Crítica de Gaunilo.....	33
4.2	Crítica de Immanuel Kant.....	38
5	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O debate entre fé e razão se tornou, ao longo dos séculos, uma temática bastante discutida tanto em âmbito teológico quanto filosófico. Essa discussão se tornou mais intensa após a Idade Média e se intensificou após a ascensão do movimento renascentista e, especialmente, do Iluminismo. Na verdade, os ideais difundidos por essas correntes de pensamento propiciaram que o debate entre fé e razão se perpetuasse até os dias atuais, de modo que o nexos entre estes dois caminhos diferentes para obter conhecimento continua divergente. “Para alguns, há uma perda da racionalidade entre os cristãos [...] Para outros, existe certo abuso quanto ao uso do termo razão, tendo uma compreensão equivocada desse termo” (IZIDORO, 2017, p. 13-14).

As correntes de pensamento supracitadas são o Renascimento e o Iluminismo. Acerca do primeiro, segundo o filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos, trata-se de um movimento cultural que surgiu na Itália no século XV e que teve como característica a valorização da razão e do indivíduo, em contraposição à visão medieval teocêntrica que enfatizava a autoridade da Igreja e a submissão à vontade divina (SANTOS, 2018, p. 202).

Já o Iluminismo foi um movimento filosófico e cultural que surgiu na Europa no século XVIII e que teve como principal objetivo a defesa da razão, da ciência e da liberdade individual, em oposição ao autoritarismo da Igreja e dos governos absolutistas da época. Segundo o filósofo francês Michel Foucault, o Iluminismo se caracterizou por ser um “projeto de pensamento crítico que se propunha a libertar o homem de todas as formas de opressão e ignorância, e a criar uma nova sociedade baseada na razão e na liberdade” (FOUCAULT, 2019, p. 35).

É bem verdade que o magistério da Igreja tem se esforçado, se pronunciado e defendido uma harmonia entre fé e razão, como se observa, por exemplo, na Encíclica *Fides et Ratio* (1998) na qual se entende que fé e razão “se constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade” (FR, n. 01). Nesse sentido, a dissolução de uma compreensão dicotômica quanto a ambas perpassa também uma produção filosófica e teológica disposta a superá-la.

A presente pesquisa, portanto, caminha nessa direção ao propor como temática a reflexão acerca do pensamento filoteológico de Anselmo de Cantuária.

Mote que se torna relevante especialmente quando se compreende o anseio do pensador em buscar Deus pela via racional, compreendendo a razão como um instrumento de auxílio ao ser humano no caminho do conhecimento acerca do divino. Por isso, o presente texto monográfico refletirá sobre as provas da existência de Deus apresentadas por Anselmo em sua obra *Proslogium*, na qual o autor desenvolveu um esquema racional que mais tarde ficou conhecido como “argumento ontológico”.

A pesquisa será guiada por um problema norteador que consiste em entender de que maneira Anselmo, com sua forma de argumentação, indicou as provas da existência de Deus. Nesse sentido, o objetivo do trabalho consiste em assimilar a argumentação defendida por Anselmo e apresentar aquilo que ele considerou como as provas da existência divina. Para o alcance dos objetivos propostos, será exposto o panorama histórico em que viveu Anselmo, bem como a compreensão que ele tinha de fé e razão, porquanto ela o conduziu a buscar, racional e filosoficamente, provas de um elemento que é teológico: a existência de Deus.

A metodologia utilizada na pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa caracterizada pela pesquisa bibliográfica, na qual foi levantada uma parte da bibliografia existente sobre o assunto já publicada em forma de livros, assim como de artigos de revistas, monografias, dissertações e teses disponibilizadas nas plataformas digitais das principais universidades públicas e privadas do país.

Algumas das obras fundamentais utilizadas para a pesquisa sobre a prova da existência de Deus no argumento de Anselmo de Cantuária no *Proslogium* são: *Proslogium*, de Anselmo de Cantuária; *Anselm of Canterbury: The Major Works*, editado por Brian Davies e G.R. Evans; *Anselm's Discovery: A Re-Examination of the Ontological Proof for God's Existence*, de Charles Hartshorne; *Anselm and the Logic of Illusion*, de Richard Cross; *The Ontological Argument*, de Alvin Plantinga; *A Contemporary Anselmian Ontological Argument*, de William Lane Craig.

2 ANSELMO DE CANTUÁRIA: VIDA, OBRA E INFLUÊNCIAS AO SEU PENSAMENTO

A filosofia medieval foi marcada, eminentemente, pela problemática da relação entre fé e razão. O século XI, por exemplo, é considerado um marco inicial do pensamento escolástico. No entanto, a eclosão da filosofia escolástica precisa ser compreendida dentro de um contexto filosófico-cultural mais amplo, o que torna indispensável remeter aos fins do século V, quando se destacou o filósofo Severino Boécio. Esse pensador nasceu no fim do século V e adquiriu profundos conhecimentos de língua grega, provavelmente em Alexandria, além de ter estudado em Atenas, cidade na qual ele pôde enriquecer ainda mais o seu já vasto conhecimento. Boécio foi autor de diversas obras, das quais merece destaque a *De consolatione philosophiae*. Em consonância com a sua obra, Boécio elabora “um diálogo com a filosofia, personificada em uma mulher; em meio aos versos, a filosofia começa a lhe ajudar na compreensão do mundo” (SOUZA, 2020, p. 4). Ele pode ser considerado o último dos filósofos “clássicos” e um dos primeiros entre os escolásticos.

Anselmo de Cantuária, por sua vez, é considerado um dos últimos filósofos “clássicos” e um dos primeiros escolásticos justamente por causa de sua influência na filosofia medieval, de modo notável na corrente posteriormente conhecida como ontologia. Segundo Almeida (2015), Anselmo é considerado um dos mais importantes filósofos medievais principalmente por causa de sua obra *Proslogion*, que se tornou uma referência na filosofia do Medievo.

Para Gilson (2019), Anselmo foi um dos principais representantes da Escolástica, corrente filosófica que surgiu na Idade Média e que buscou conciliar a fé cristã com a razão. Diante disso, o autor destaca a importância da obra *Proslogion*, concebendo-a como um exemplo dessa tentativa de conciliação entre fé e razão e, por conseguinte, como um marco na filosofia medieval.

Já para Fernandes (2020), Anselmo pode ser considerado um dos últimos representantes da filosofia “clássica” por sua influência na tradição platônica. Assim sendo, a autora destaca a importância da obra *Monologion* como uma expressão do pensamento platônico na filosofia medieval, além de realçar a influência que ela teve no desenvolvimento da ontologia na tradição escolástica.

A contribuição de Anselmo para a filosofia medieval e para a tradição

escolástica se deve em grande parte à sua busca pela conciliação entre a fé cristã e a razão, relação expressa em sua obra *Proslogion*, bem como à sua influência na tradição platônica, evidenciada em sua obra *Monologion*. Por essas razões, como já anunciado, Anselmo é considerado um dos últimos filósofos “clássicos” e um dos primeiros escolásticos.

Paralelamente ao surgimento de nomes como o de Boécio, cabe também destacar o ambiente político, filosófico e cultural que marcava, até então, a Europa desse período. Vale lembrar que o Império Romano do Ocidente havia finalmente chegado ao fim com a tomada de Roma pelos bárbaros. Esses povos foram, ao longo de muito tempo, ocupando o território do Império, de modo que entre aqueles que prosperaram e se organizaram politicamente, destacam-se os Francos, que a partir do século VIII, sob o governo de Carlos Magno (742-841 d.C.), tiveram seu apogeu. Nesse contexto, o chamado Império Carolíngio se destacou por investir maciçamente na educação e na cultura.

Carlos Magno, entre os séculos VIII e IX, manifestou o desejo de transformar sua terra em uma nova Atenas, de modo que “suas conquistas na Europa Ocidental permitiram uma relativa tranquilidade para que a produção literária se desenvolvesse. Une-se a isso, a preocupação que ele tinha em fazer com que seu reino fosse mais intelectual e espiritual” (SOUZA, 2020, p. 5). Para conseguir lograr os resultados esperados, foi necessário que Carlos Magno estreitasse os laços com a Igreja Católica, especialmente com os papas.

Com efeito, a Igreja Católica foi, sem dúvida, a maior instituição da sociedade medieval, processo que pode ser explicado por uma série de fatores, mas, especialmente, por ela trazer consigo um elemento fundamental para a conservação e o desenvolvimento de qualquer sociedade: o conhecimento transmitido pela tradição filosófica e teológica greco-romana, com destaque para a obra de Aristóteles e de outros filósofos antigos (BRANDÃO, 2018). Além disso, a Igreja também desenvolveu um sistema próprio de saberes, a chamada teologia escolástica, que buscava conciliar a fé com a razão, influenciando profundamente a filosofia e a cultura da época (SOUZA, 2021).

Segundo Costa (2015), a Igreja também foi responsável por preservar e difundir o conhecimento científico do período, especialmente nas áreas da medicina, da astronomia e da matemática, por meio da tradução e do estudo das obras de autores gregos e árabes. Essa valorização do conhecimento científico pela Igreja

contribuiu para o desenvolvimento da medicina e de outras áreas do conhecimento na Europa medieval.

Portanto, o conhecimento concatenado pela Igreja Católica na sociedade medieval se reverberou sobre um conjunto de tradições filosóficas e teológicas, bem como de saberes científicos que influenciaram profundamente a cultura e o desenvolvimento da Europa do período.

Contudo, a partir do século XI, o poder da Igreja começou a ser questionado em seus fundamentos, especialmente no que tangia às relações com o poder temporal. A promulgação, pelo Papa Gregório VII, em 1075, do decreto *Dictatus Papae* “procurou não só reformar a Igreja, mas se colocar como autoridade soberana sobre toda a sociedade, especialmente sobre os imperadores” (OLIVEIRA, 2010, p. 270). Por meio do referido decreto, o Papa quis retomar o domínio da Igreja sobre a nomeação dos bispos e do clero, função esta que se encontrava, então, sob o encargo dos reis. Nesse sentido, os principais entraves do papado se deram com o Imperador Henrique IV do Sacro Império Romano Germânico e Henrique I da Inglaterra. Aliás, foi justamente contra esse monarca que Anselmo se impôs, acabando exilado por força do rei. Esse embate foi totalmente resolvido somente após a “Concordata de Worms” assinada em 1122.

Esses acontecimentos contribuíram para o processo de enfraquecimento do poder papal sob a questão da investidura, mas também sob a ótica da dominação cultural e ideológica. Assim, pode-se dizer que o século XI marcou um novo período, visto que “entre os séculos IX e X, o caráter fluido das condições políticas e das estruturas econômico-sociais explica, de certa forma, a estagnação da cultura e sua extrema fragmentação” (REALE; ANTISERI, 2005, p. 148).

Segundo Silva (2019), no período medieval, a escolástica surgiu como uma tentativa de conciliar fé e razão, fazendo com que a filosofia fosse utilizada como ferramenta de interpretação teológica. Foi nesse contexto que Anselmo de Cantuária nasceu, em 1033, na região de Piemonte, Itália. Anselmo é considerado o primeiro escolástico autêntico, com trabalho centralizado na utilização da razão como instrumento teológico, tal como era o mote da época. De família nobre, optou pela vida religiosa, o que gerou descontentamento por parte de seu pai. Após a morte da mãe, Anselmo deixou sua casa e peregrinou por diversos mosteiros italianos.

Decidiu, posteriormente, ingressar na Abadia beneditina de Bec, na região francesa da Normandia, no ano de 1060, com 27 anos. Em 1063, Anselmo se tornou

Prior da Abadia e este foi o seu período mais prolífico, no qual “investigou, estudou, pensou, escreveu, meditou. Foi esta a sua *Scholla Christiana*” (ROSA; PEREIRA, 1997, p. 6). Desse modo, entre 1076 e 1077 escreveu suas obras mais importantes, *Monologion* (ou seja, “*Soliloquio*”) e o *Proslogion* (“*Colóquio*”). Em 1086, foi nomeado abade e, em 1093, bispo de Cantuária, na Inglaterra.

Em 1093, Anselmo foi nomeado bispo da Igreja diocesana de Cantuária, na Inglaterra, em um período especialmente conturbado pois, apesar de suas funções religiosas, “[...] não podia passar por cima das suas obrigações pastorais como bispo e como senhor feudal, estando ligado também ao rei pelos laços de vassalagem. Isto trouxe-lhe inúmeros desgostos” (ROSA; PEREIRA, 1997, p. 7). Nesse período, Anselmo se envolveu tanto com os reis Guilherme II e seu sucessor Henrique, quanto com a questão das investiduras. Por sua defesa enfática em favor do Papa, chegou a ser expulso da ilha, permanecendo exilado em Roma, para onde retornou em 1106 e continuou até o seu falecimento, no ano de 1109.

As suas obras mais importantes são o *Monologium* (*Monólogo*), o *Proslogium* (*Diálogo*), além de *Cur Deus homo* (*Por que Deus se fez homem?*). Nessas obras se observa vivamente aquilo que constitui o cerne do pensamento anselmiano: as relações entre a fé, a razão e a existência de Deus. Rapidamente, seus livros se difundiram, tornando Anselmo conhecido em todo o mundo cristão, o que lhe rendeu o título de “doutor magnífico”, de modo que ele “sustentava disputas em todas as matérias filosóficas, teológicas e literárias; ele foi uma das figuras mais humanas e atraentes de toda a Idade Média” (ROMIO; HACKMANN, 2008, p. 47). Ou seja, além de um grande teólogo, Santo Anselmo também foi um importante filósofo.

De fato, ainda persiste uma certa resistência entre muitos estudiosos a considerar Anselmo um filósofo, visto que as premissas de seu pensamento são teológicas. Nesse tocante, os defensores de Anselmo esclarecem que “mesmo sob roupagens teológicas, apresenta de fato uma problemática filosófica” (ROMIO; HACKMANN, 2008, p. 48). O pensamento de Anselmo é, assim, fruto de uma renovação cultural que emergiu no século XI e que se traduz, visivelmente, por meio de uma vasta produção literária e filosófica, assim como pelo desenvolvimento da educação. Estes processos se tornaram possíveis:

[...] devido à difusão e consolidação das escolas e catedrais dedicadas à formação do clero e incluindo em seu currículo o estudo dos Padres da Igreja, de filósofos e teólogos, principalmente Santo Agostinho, bem como de

gramática e de retórica. Em 1070 a “reforma gregoriana”, decretada pelo Papa Gregório VII, estabeleceu que cada abadia e catedral tivesse uma escola onde se ensinavam os elementos básicos da cultura da época, o *trivium*, ou três vias, consistindo de uma introdução à gramática, lógica e retórica, e o *quadrivium*, ou quatro vias, composto de música, geometria, aritmética e física (ROMIO; HACKMANN, 2008, p. 49).

Assim, para muitos que se dedicam a estudar a história da filosofia, Anselmo é considerado o primeiro dos pensadores latinos que efetivamente se propôs a investigar a distinção entre o pensar filosófico e a reflexão teológica. Desse modo, ele inaugurou “uma análise lógico-filosófica do discurso teológico revelado, utilizando-se de todas as noções filosóficas fundamentais disponíveis em sua época, desdobrando uma ontologia radical” (ROMIO; HACKMANN, 2008, p. 51). Anselmo defendeu que as verdades da fé poderiam ser analisadas pela razão e que a própria dialética, se usada apropriadamente, “seria uma ferramenta através da qual seria capaz de explicitar verdades da fé uma vez que na sua concepção o ponto de partida intelectual arranca sempre da fé, porém apela para a razão para descobrir nela o significado oculto” (SILVA; MEDEIROS, 2015, p. 23).

Percebe-se, assim, que a grande novidade no pensamento de Anselmo consistiu, exatamente, na sua convicção de que a razão atua não somente “como uma maneira de explicar a fé, mas de elucidá-la, torná-la mais aceitável à razão humana” (SOUZA, 2020, p. 10). Assim, para cumprir com os objetivos do presente estudo, cabe, mesmo que de modo bastante sintético, explanar sobre a relação entre fé e razão no pensamento de Anselmo. Para tanto, é preciso ter em mente, em primeiro lugar, que toda a reflexão do autor foi fundamentada pela ideia de Deus. Isso significa que a concepção de Deus é o ponto fundamental do pensamento anselmiano, o princípio que orienta e direciona a sua reflexão teológica e filosófica. Para Anselmo, Ele é o fundamento último da realidade e, portanto, é a partir da compreensão e da contemplação Dele que se pode alcançar um entendimento mais profundo da realidade e da relação entre fé e razão. Tratando-se do eixo norteador de toda a sua reflexão e a partir dela, em segundo lugar, Anselmo defendeu uma teologia centrada no instrumento da razão.

Nesse ponto da discussão é importante mencionar a distinção que o bispo de Cantuária estabelece entre falar da existência de Deus e explanar sobre a Sua natureza, porquanto existem duas posições distintas por ele abordadas: a primeira envolveu a questão da existência de algo, enquanto a segunda buscou definir o que

esse algo é. Tal distinção foi uma constante em Anselmo, cujo trabalho consistiu em provar a existência de Deus. Portanto, trata-se do esforço por demonstrar que a razão humana é capaz de iluminar os mistérios da fé cristã (SOUZA, 2021). Nesse sentido, acerca da relação entre fé e razão, cabe observar que:

Por um lado, a fé não é, para Anselmo, uma sede de repouso ou de pacificação interior, mas antes um motivo de inquietação e de procura; é um ponto de partida, não um ponto de chegada. Por outro lado, também a inteligência da fé não é fator de repouso, como se fosse um dado adquirido, mas é realmente apenas um grau superável de compreensão. Deste modo, a busca de inteligência da fé, em Anselmo, significa uma atitude de vigilância crítica, quer da fé, quer da inteligência da fé. A vigilância crítica da fé impede que esta seja crédula ou, então, se transforme em fonte de fanatismo. A vigilância crítica da inteligência da fé, por sua vez, obsta à tentação de qualquer redução racionalista da fé e relativiza as expressões doutrinárias da mesma (ROMIO; HACKMANN, 2008, p. 53).

A relação entre fé e razão foi esclarecida, inicialmente, por Anselmo na sua primeira obra, *Monologion*, na qual o bispo de Cantuária retomou a máxima agostiniana entendendo que é preciso, a princípio, “compreender para crer” (*intelligo ut credam*), o que revela um anseio do ser humano pela busca da razão da fé (*ratio fidei*), porém, não enquanto “fé subjetiva, mas entendida objetivamente como fé. Mais precisamente, não se trata da *fides qua creditur* mas da *fides quae creditur* não se discute a fé com a qual subjetivamente se crê (*fides qua* ablativo), mas a fé na qual se crê (*fides quae* dativo)” (MARQUES, 2017, p. 434).

Em sua primeira obra, Anselmo tratou da existência de Deus e, para lográ-lo, construiu provas *a posteriori*, isto é, “provas que partem dos efeitos (ou fatos) para chegar à causa, a existência de Deus; podendo ser também chamadas de provas cosmológicas, uma vez que traçam um caminho onde do mundo se chegaria a Deus” (SILVA; MEDEIROS, 2015, p. 23). Desde seus primeiros escritos, Anselmo já transparecia uma convicção herdada da filosofia de Agostinho, qual seja, de que a capacidade cognitiva humana se encontra intrinsecamente ligada à sua capacidade de amar. Dessa forma, quanto mais uma pessoa ama algo, mais ela se sente compelida a conhecer profundamente sobre o objeto do seu afeto. Por essa razão, a busca pelo conhecimento pode ser concebida como um reflexo direto do amor nutrido por algo ou alguém, e a motivação para o estudo e a compreensão das coisas do mundo pode ser concebida como um indicador da força dos afetos (ANSELMO, 2007).

A argumentação que Anselmo seguiu em sua primeira obra se baseou, sobretudo, “na exigência de um ser necessário que possa justificar a existência de

seres contingentes e na percepção dos graus de perfeição existente nas coisas” (MARQUES, 2017, p. 435). Assim, nessa passagem específica, ele trouxe à tona a questão da existência do ser supremo. Com tal fim, partiu da premissa de que tudo o que existe tem uma razão para existir, seja ela em virtude de outra coisa, ou mesmo simplesmente como um fim em si mesmo. No entanto, ele ressaltou que nada pode existir em virtude do nada, pois é impossível que algo provenha do vazio absoluto. A partir dessa premissa, Anselmo concluiu que a única possibilidade seria admitir a existência de um ser supremo que é a causa de tudo o que existe. Dessa forma, ele defendeu a existência de Deus não apenas como uma questão de fé, mas também como um princípio lógico que se impõe à razão humana (ANSELMO *apud* MARQUES, 2017, p. 435).

Anselmo argumentou, então, que tudo o que existe tem uma causa, uma razão de ser, e que nada pode surgir do vazio de existência. A partir dessa premissa, ele concluiu que se algo existe, deve haver um ser supremo que é, então, a causa de todas as coisas. Esse ser supremo é, segundo Anselmo, Deus.

A importância desse argumento reside no fato de que Anselmo buscava fundamentar a existência de Deus não apenas por intermédio da fé ou da revelação divina, mas também pela razão humana. Para ele, é possível demonstrar a existência de Deus por meio de argumentos racionais e lógicos, independentemente da crença religiosa. Isso significa que a existência de Deus não é uma questão de fé, mas sim de razão. Assim, Anselmo defendeu a ideia de que a razão humana é capaz de compreender os mistérios da fé cristã e, conseqüentemente, de iluminar os dogmas religiosos. Para tanto, ele buscou mostrar que a razão e a fé não são incompatíveis, mas sim complementares, e que é possível conciliar a crença religiosa com o pensamento racional e lógico. Esse foi o objetivo central do argumento de Anselmo sobre a existência de Deus (MARQUES, 2017, p. 436).

Segundo Anselmo (2007), a compreensão plena das verdades religiosas não pode ser alcançada apenas pela razão humana, mas requer também a adesão à fé. Para ele, a fé é essencial para a compreensão da verdade religiosa, mas isso não significa que a razão deva ser deixada de lado. Pelo contrário, o filósofo acreditava que a razão é um elemento importante na adesão à fé, uma vez que permite que a compreensão da verdade religiosa seja não apenas passiva, mas também ativa e racional.

O aforismo de Anselmo “*Neque enim quaero intelligere ut credam, sed*

credo ut intelligam (“não procuro entender para crer, mas creio para entender”), ilustra essa relação entre razão e fé. Ele indica que a segunda é o ponto de partida para a compreensão das verdades religiosas, mas essa compreensão só é alcançada através da primeira. Assim, Anselmo enfatizou que a fé e a razão não são opostas ou incompatíveis, mas complementares na busca pela verdade religiosa (MONDIN, 1982, p. 155).

Para Anselmo (2007), não há, portanto, nenhum inconveniente para aquele que crê em se esforçar para compreender o que acredita. Desse modo, o uso da razão sempre aparece como um esforço que exige dedicação e empenho. Nesse sentido, é fundamental evitar dois erros: a soberba de pensar que a dialética possui todas as respostas e a negligência de recusar a busca pelas razões da fé. O esforço dialético deve respeitar o que é prioritário, ou seja, antes de se lançar ao desafio dialético, é necessário estar amparado na firmeza da verdade estabelecida pela revelação divina. Afinal, é preciso entender que a razão humana é limitada e, por isso, não é capaz de abarcar todas as verdades que transcendem a sua compreensão. Assim, a busca pelo conhecimento deve ser norteadada pela humildade e pelo respeito aos mistérios da fé, de modo que a razão e a fé caminhem *pari passu*, complementando-se mutuamente na busca da verdade.

Tanto no *Monologium* quanto no *Proslogium* é evidente o lugar de destaque que Anselmo conferiu à razão na tarefa de confirmação das verdades de fé. Toda a obra anselmiana constitui, por assim dizer, um esforço de diálogo entre essas duas dimensões do ser humano. Nesse sentido, as verdades religiosas são apreendidas somente pela fé, mas “uma vez em posse delas pela fé, temos o dever de compreendê-las e demonstrá-las. O que cremos pela fé a respeito da natureza divina e das pessoas dela [...] podem ser demonstrados com razões necessárias [...]” (MONDIN, 1982, p. 156). De modo bastante claro, é possível perceber que a fé é o ponto de partida que move a ação intelectual de Anselmo.

Para Anselmo (2007), a busca por Deus não deveria ser vista como um simples ato de contemplação passiva, mas sim como um esforço ativo e constante do homem. Nessa perspectiva, compreender a própria fé e aproximar-se de Deus seria uma forma de o homem buscar o conhecimento e a verdade. Com efeito, nota-se que o filósofo medieval personificou o esforço pela conciliação entre fé e razão, apontando para a importância de um diálogo entre essas duas dimensões da vida humana. Essa busca pela conciliação é caracterizada como “o esforço para a conciliação entre fé e

razão, fé e dialética” (ANSELMO, 2007, p. 81), no qual a razão é vista como um instrumento benéfico para a compreensão da fé. Em outras palavras, Anselmo acreditava que a fé é a fonte da busca pelo conhecimento e que a razão é um meio para alcançar esse objetivo.

Para Anselmo, então, a fé é dinâmica e operante, de modo que pode ser visualizada no esforço do homem “que busca compreender e abraçar o que lhe foi dado em potencial. É essa fé operante, que exige compreensão, que consistiu no ponto de partida da dialética do argumento do *Proslogion*” (STREFLING, 2009, p. 140). Ao ponto de que, se formalmente cabem distinções entre fé e razão, na realidade, Anselmo as compreendeu como oriundas de uma mesma alma, estando, por conseguinte, ínsitas uma à outra. Todavia, é a própria fé que exige ser compreendida, ser inteligida. “Não é, pois, despiciendo o secundário o esforço racional de compreensão dos conteúdos da fé, como certa apologética pretendia [...]. Este é o pano de fundo que enquadra toda a filosofia anselmiana” (ROSA; PEREIRA, 1997, p. 9). Pode-se, portanto, mediante essas explanações iniciais, adentrar mais diretamente no argumento ontológico proposto por Anselmo no *Proslogion*.

3 O ARGUMENTO ONTOLÓGICO ANSELMIANO E A PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS

3.1 O argumento ontológico

O argumento anselmiano se inicia fundamentado em um processo dialético da razão que busca compreender o objeto de sua contemplação e, para tanto, coloca em movimento toda a sua capacidade de entendimento (CHAUI, 2014). Ao contrário de seu método anterior, Anselmo, em seu *Proslogion*, buscou provar a existência de Deus sem se basear apenas na definição de Deus. Por conta desse movimento, a sua abordagem se tornou significativa para a história do pensamento filosófico.

A visão que permeia ambos os métodos de Anselmo é que todas as coisas devem ser consideradas na perspectiva da grandeza. Assim, o processo de busca pelo entendimento de Deus é um esforço ativo da razão, que anseia por compreender o objeto de sua contemplação, impulsionado pela força da fé. Essa conciliação entre fé e razão é uma característica marcante da filosofia de Anselmo e tem influenciado muitos pensadores ao longo dos séculos (LACOSTE, 2004, p. 142). O argumento daí decorrente revela a primazia da fé no pensamento do autor.

Seguindo essa argumentação, e a partir da noção de Deus que é dada pela fé, nem aquele que se entende ateu seria capaz de negar a Deus, à medida que “[...] se o ateu pensa Deus, Deus está em seu intelecto, do contrário não pensaria nem negaria sua existência. Mas, ao negar que Deus existe, o ateu quer dizer que Deus não existe fora do seu intelecto, isto é, na realidade” (REALE; ANTISERI, 2005, p. 150). Baseando-se no princípio da não-contradição, no qual se afirma que uma coisa não pode ser e não-ser ao mesmo tempo, sob o mesmo ponto de vista, o bispo de Cantuária concluiu pela:

[...] necessidade da existência de Deus também na realidade, isto é, em si mesmo. Porque seria absurda a afirmação de que Deus é simultaneamente ‘aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado’ sem se aceitar também que exista realmente (ROSA; PEREIRA, 1997, p. 35).

Isso significa dizer que se Deus é o ser em relação ao qual nada pode ser maior, não é possível considerá-lo presente somente no pensamento, e não na realidade. Nesse sentido, compreende-se que a atividade teológica de Anselmo pode

ser descrita da seguinte forma:

Perguntar se Deus existe equivale a perguntar se o Ser supremo existe. Mas a própria ideia de 'Ser Supremo', que inclui todas as perfeições, inclui também a existência. De outro modo este "Ser Supremo" seria inferior a qualquer ser que exista. Um ser supremo inexistente seria uma contradição semelhante a um triângulo de quatro lados. Da mesma forma a ideia de 'Ser Supremo' inclui a existência. E por isto quem nega a existência de Deus é um insensato, como o salmista diz tão bem (SOUZA, 2020, p. 12).

Destaca-se que a fé realmente possui a primazia no pensamento de Anselmo. No entanto, afirmá-lo não significa dizer que a razão tenha um papel irrelevante, pois se ele usa a fé como ponto de partida, concomitantemente busca na razão a compreensão para os mistérios nos quais crê. Desse modo "se, por um lado, o *fides quaerens intellectum* coloca a necessidade do fundamento da fé para toda discussão acerca de Deus, por outro, ela reforça a importância de buscar sempre um assentimento racional para a crença" (MARQUES, 2017, p. 439). Portanto, não é correto rotular Anselmo como um fideísta extremado, tampouco estereotipá-lo como um teólogo racionalista.

Na verdade, uma justa interpretação do *credo ut intelligam* anselmiano significa considerar: "Primeiramente, a necessidade da fé para o conhecimento da verdade religiosa e moral; [...] em segundo lugar, a necessidade de usar a razão para que a adesão à fé não seja cega e meramente passiva [...]" (MARQUES, 2017, p. 439). Ou seja, o que Anselmo fez representa a tentativa de conferir estrutura lógica a um núcleo fundamental de um fato que é teológico, "considerando poder traduzir em conclusões racionais a aceitação difusa da fé cristã" (REALE; ANTISERI, 2005, p. 150). Com sua argumentação, Anselmo transmudou a noção de Deus, nascida da fé, em uma noção do pensamento.

Esse argumento foi, então, chamado de "ontológico" por Kant porque "a partir da análise da ideia de Deus, que está na mente, se deduz a sua *existência* fora da mente, também é chamado a *simultaneo* porque sustenta que na ideia de Deus está incluída, ao mesmo tempo, a existência" (REALE; ANTISERI, 2005, p. 150). Se cabe uma definição de argumento ontológico, certamente é que:

Trata-se de uma prova a priori da existência de Deus, obtida a partir da própria ideia de Deus. Esta prova se baseia no pressuposto de que a existência real é uma perfeição; se Deus é o Ser que por definição possui todas as perfeições, deve necessariamente possuir também a existência. Em outras palavras: não se pode pensar Deus como não-existente, porque

de outro modo não pensaríamos Deus, mas um Ser inferior (REALE; ANTISERI, 2005, p. 150).

Ou seja, dito ainda de outro modo, Anselmo desacreditava que alguém possa pensar que Deus não existe, pois “ninguém que seja capaz de entender a noção de Deus pode dizer que Ele não exista. Ou seja, se Sua essência confunde-se com sua existência, então na medida em que se pensa a noção de Deus se afirma sua existência” (SILVA; MEDEIROS, 2015, p. 26-27). Portanto, diferente do que foi executado no *Monologion*, Anselmo, temendo que essa obra não fosse bem compreendida, decidiu continuar em seu *Proslogion* a temática, mas agora buscando:

Encontrar um único argumento que, válido em si e por si, sem nenhum outro, permitisse demonstrar que Deus existe verdadeiramente e que Ele é o Bem Supremo, não necessitando de coisa alguma... Um argumento suficiente, em suma, para fornecer provas adequadas sobre aquilo que cremos acerca da substância divina (FERREIRA, 2019, p. 11).

O argumento anselmiano é questionável e, portanto, alvo de críticas, especialmente formuladas por filósofos que não concordaram com sua lógica. Dentre tais críticas, destacam-se as de Gaunilo de Marmoutiers (1991) e de Immanuel Kant (1998). Apesar disso, o argumento anselmiano influenciou também as formulações de teses de outros pensadores, especialmente no que se refere à prova da existência de Deus. Assim, de acordo com o próprio autor:

Desorientado, enfim, eu quis desistir como se estivesse investigando algo impossível de alcançar. Mas eu não queria absolutamente excluir este pensamento de mim, com receio de que ele ocupasse futilmente a minha mente, impedindo-me de outras ocupações onde pudesse progredir. Eis que este pensamento começou, com alguma importunidade, a impor-se cada vez mais, mesmo que eu o rejeitasse e o proibisse. (ANSELMO, 2007, p. 2).

O argumento desenvolvido por Anselmo no *Proslogion* também ficou conhecido, especialmente pela escolástica, como *Argumentum Unicum*, pois se tratava da prova fundamentada através de um argumento único, ou seja, que não necessita de quaisquer outros para se respaldar. O essencial de sua argumentação é a fé. Para Anselmo, era muito importante que o homem crente demonstrasse a necessidade de conhecer seu Criador, visto que “o indivíduo que tem fé não se contenta e sempre busca conhecer cada vez mais. E quando o homem perde o sentido da felicidade para o qual foi criado, influencia naquilo que ele é” (FERREIRA, 2019, p. 14).

O pensamento anselmiano revelou também, nesse sentido, uma preocupação antropológica, especialmente no âmbito da relação estabelecida entre Deus e o homem. Anselmo defendeu que a necessidade de Deus em nada contrasta com o dom da liberdade que está presente em cada indivíduo. No entanto, liberdade não pode ser confundida com autossuficiência. Ao contrário, deve ser entendida como dom, “mas a fidelidade a esse dom e suas implicações depende direta e exclusivamente de nossa liberdade de adesão. Daí a necessidade da concordância, e não do contraste, entre a graça de Deus e a nossa liberdade” (REALE; ANTISERI, 2005, p. 153). Em seu argumento, Anselmo pretendeu recordar o homem quanto à sua essência, o seu princípio vital, que é a alma.

Respeitando o princípio da liberdade, é preciso traçar o uso da razão, inserindo-a dentro da linhagem da fé. Logo, as verdades de fé devem ser pressupostas em seu conteúdo e concebidas como os frutos de toda uma fidelidade a esse dom e às suas implicações. Por conseguinte, “a razão serve para evidenciar as verdades da fé ou para iluminá-las por meio de argumentações dialéticas. Desse conjunto surte perfeita concordância entre fé e razão com a condição de que esta seja utilizada conforme normas precisas e método coerente” (REALE; ANTISERI, 2005, p. 153). Cabe agora refletir, de modo mais detalhado, como Anselmo estabeleceu as provas da existência de Deus, transparecendo em seus argumentos a relação intrínseca entre fé e razão.

3.2 O *Proslogion* e as provas da existência de Deus

No decorrer de seu argumento ontológico, ficam cristalinos os anseios de Anselmo por uma razão que esteja em sintonia com aquilo que o homem crê. O autor depositou fé na razão, acreditando convictamente ser ela capaz de lançar luz sobre os mistérios da fé e, assim, demonstrar sua necessidade. Então, prosseguindo por uma visão geral do *Proslogion*, cabe analisar, ainda que modo sintético, cada parte da obra, especialmente no que tange aos quatro primeiros números que correspondem à temática da existência de Deus.

A obra se inicia com um próêmio no qual Anselmo usou um tom bastante pessoal, quase como se estivesse fazendo uma confissão, ou um desabafo. O autor relatou, na referida ocasião, as dificuldades que encontrou e como esteve a ponto de quase desistir de escrever a obra:

Desorientando, enfim, quis desistir como se [se tratasse] de investigar algo impossível de alcançar. Mas então que eu queria absolutamente excluir de mim este pensamento, receando que ele ocupasse futilmente a minha mente, impedindo-me de outras ocupações onde pudesse progredir, eis que ele começou, com alguma importunidade, a impor-se-me cada vez mais, mau grado a minha rejeição e interdição (ROSA; PEREIRA, 1997, p. 12).

Cansado de lutar contra sua fé e sua razão e, ao mesmo tempo, sendo por elas iluminado, Anselmo decidiu retomar os trabalhos atendendo especialmente aos pedidos de alguns amigos pessoais, iniciando a produção de uma nova obra a qual deu o título de *Proslogion*, cujo objetivo é versar sobre a fé que busca apoio na razão. Trata-se, de fato, de um exemplo de meditação sobre os mistérios da fé. Embora nem quisesse reivindicar para si a autoria da obra, considerava que o título mais conveniente era *Fides quaerens intellectum* (*A fé em busca de inteligência*), pois é exatamente nesse ponto que se iniciou sua construção argumentativa. Em sua perspectiva, a fé busca um entendimento racional. “Este entendimento reflete uma abertura da razão humana que não é limitada por fora, e poderia ser limitada somente por si mesma; ou seja, trata-se da autolimitação da razão” (SCHNEIDER, 2015, p. 135).

Os estudiosos de Anselmo tendem a buscar em suas raízes monásticas elementos que ajudem na compreensão de seu pensamento. A vida na abadia de Bec certamente o permitiu dispor das condições necessárias para estar em silêncio, em recolhimento, em pleno contato consigo mesmo e com a filosofia agostiniana, a qual lhe influenciou profundamente. Voltando-se para si próprio, Anselmo percebeu que uma das renovações fundamentais na área da intelectualidade cristã é o entendimento de Deus e, por isso, ele começou a pensar em um “único argumento que, válido em si e por si, sem nenhum outro, permitisse demonstrar que Deus existe verdadeiramente” (SCHNEIDER, 2015, p. 136). Como já abordado anteriormente, convencionou-se, erroneamente, chamá-lo de argumento ontológico.

Na verdade, o argumento de Anselmo seria mais bem denominado de “prova dialética pela grandeza”. Na sua época, a ontologia nem havia se firmado ainda como disciplina filosófica. Além disso, a argumentação defendida por Anselmo ultrapassou o âmbito do ser, sob a pretensão de “englobar tudo o que temos da substância divina na mesma dialética da grandeza. Segundo essa lógica, somos levados a afirmar de Deus tudo o que há de melhor [...] todas as perfeições que podem constituir sua essência e seus atributos” (LACOSTE, 2004, p. 142).

3.2.1 As provas da existência de Deus

Antes de apresentar sua argumentação propriamente dita, reafirmando a primazia da fé em seu pensamento, Anselmo introduziu, no capítulo I do *Proslógion*, linhas em tom de prece, isto é, uma oração de alguém voltado inteiramente a Deus. Trata-se de dispor o coração para acolher a verdade que vem a ele por meio da razão, de habitar a “cela” da mente. A prece transparece o anseio do homem por buscar conhecer-se e, nesse trajeto, encontrar a verdade:

Ó Senhor, Tu és o meu Deus e o meu Senhor, nunca te vi. Tu me fizeste e resgataste e tudo o que tenho de bom devo-o a Ti. No entanto, não te conheço ainda. Fui criado para ver-te e até agora não consegui aquilo para que fui criado. Oh! Quão miserável é a sorte do homem que perdeu aquilo por que foi feito... Tem piedade de nossos sofrimentos e esforços para chegar a ti, pois, sem Ti, nada podemos... Rogo-te, ó Senhor, que o meu desespero não destrua este meu suspirar por Ti... Ó Senhor, reconheço, e rendo-te graças por ter criado em mim esta tua imagem... Mas ela está tão apagada em minha mente... mas, desejo, ao menos, compreender a tua vontade, que o meu coração crê e ama. Com efeito, não busco compreender para crer, mas creio para compreender. Efetivamente creio, porque, se não cresse, não conseguiria compreender (ANSELMO, 1988, p. 91).

O texto se revela poético e deixa transparecer a espiritualidade de Agostinho, especialmente na insistência por uma interioridade e pela defesa da ideia de que é no interior do homem que habita a verdade. No entanto, o indivíduo que busca compreender a Deus tem de ter consciência de sua pequenez, por isso a prece também transparece um lamento por sua condição de miserabilidade, pela exiguidade humana diante da grandeza divina, assim como pelo pecado que afasta o homem “dessa luz inacessível, desse edênico convívio íntimo com Deus, pela brisa da tarde. [...] Numa palavra, fui feito para te ver e ainda não fiz aquilo para que fui feito” (ROSA; PEREIRA, 1997, p. 34). Nesse ponto da argumentação, se desvela uma verdade muito forte para Anselmo: somente em Deus o homem encontra a verdade plena e a graça.

Segundo o autor, somente em Deus o homem é verdadeiramente homem, pois é feito à imagem e semelhança de Deus. Por isso, o ato de pensar em Deus é, também, um ato de pensar em si mesmo. Um outro ponto interessante a ser notado na prece se refere ao caráter de mistério que existe em Deus, porquanto ainda que o homem use da razão, ela não é capaz de acessar a totalidade divina que continua, em certa medida, como mistério inacessível. Assim continua Anselmo:

Eis-me, ó Senhor meu Deus, ensina, agora, ao meu coração onde e como procurar-te, onde e como encontrar-te. Senhor, se não estais aqui, na minha mente; se estás ausente, onde poderei encontrar-te? Se tu estás por toda parte, porque não te vejo aqui? Certamente habitas uma luz inacessível... pobre e miserável que sou, fui em busca do rico e misericordioso... Ó Senhor, reconheço, e rendo-te graças por ter criado a mim esta tua imagem a fim de que, ao recordar-me de ti, eu pense em ti e te ame (ANSELMO, 1988, p. 91).

Com esta rica oração, a intenção do bispo de Cantuária foi demonstrar que o homem é essencialmente um ser religioso que tem necessidade de buscar a grandeza de Deus “e, para isto, Deus se revela a nós e nos ensina encontrá-lo. Assim, aos poucos, Anselmo vai construindo seu raciocínio a priori, baseando-se na ideia de grandeza de Deus, proposto por experiência da fé” (FERREIRA, 2019, p. 16). A oração é concluída com uma apresentação sintética do seu método: “não procuro antes compreender para crer, mas creio para compreender. Porque, creio-o: se não acreditar, não compreenderei” (ANSELMO, 1988, p. 93).

O restante do *Proslogion* pode ser dividido em duas partes: do capítulo II ao V, Anselmo se dedicou a provar a existência de Deus; dos capítulos V ao XXVI, pretendeu provar a natureza de Deus. Em ambas as partes o núcleo da argumentação de Anselmo baseia-se no axioma “algo em relação ao qual nada de maior pode ser pensado”. A argumentação anselmiana se fundamentou em alguns pressupostos cuja análise é importante para uma melhor compreensão do próprio argumento:

1. uma noção de Deus fornecida pela fé; 2. convicção de que existir no pensamento já é verdadeiramente existir; 3. a exigência lógica de que a existência no pensamento determine que se afirme sua existência na realidade; 4. o que existe na realidade é maior ou mais perfeito do que existe só no intelecto; 5. negar que aquilo que não se pode pensar nada maior exista na realidade, significa contradizer-se (STREFLING, 2009, p. 142).

Nota-se que, a partir do capítulo II, a argumentação de Anselmo se construiu ao redor de uma narrativa especulativa marcada pela intervenção da figura do insensato. O argumento de Anselmo está estruturado a partir da seguinte disposição lógica:

Premissa 1: Podemos conceber um ser do qual nada maior pode ser concebido.

Premissa 2: O que que seja concebido existe no entendimento de quem o concebe

Premissa 3: Aqui que existe no universo de quem o concebe e também existe na realidade maior que é algo similar que existe apenas no entendimento de quem o concebe. Portanto, um ser concebido, do qual nada maior pode ser concebido, deve existir na realidade assim como no entendimento.

Premissa 4: Deus é um ser do qual nada maior pode ser concebido.
Conclusão: Deus existe na realidade (ATAIDE, 2016, p. 296-297).

Assim, sob o aspecto filosófico, Anselmo concebeu uma unidade entre pensar e ser de modo que no homem essa conexão é tão presente que se torna impossível arrazoar que Deus não exista. Para contestar essa argumentação, o insensato precisaria entrar no jogo dialético, que é a proposta do bispo de Cantuária. Ademais, quando Anselmo apresenta sua noção de Deus, o insensato o escuta prontamente e, assim, começa o processo argumentativo anselmiano que, uma vez reconhecido pelo insensato, põe em ação o “mecanismo de prova da passagem a que o ser tal exista também na realidade. Provada a existência de Deus, chega-se à afirmação da realidade da sua existência, se realmente a afirmação da necessidade da sua existência” (STREFLING, 2009, p. 144).

Assim, observa-se que para surtirem o efeito esperado por Anselmo, as argumentações devem estar bem conectadas. De modo geral, o abade de Bec estendeu seus argumentos por dois eixos principais:

1) que é maior, em geral, existir na realidade do que existir apenas no entendimento ou 2) que é maior, especificamente, no caso do “ser do qual nada maior pode ser concebido”, existir na realidade do que apenas no entendimento. (ATAIDE, 2016, p. 297).

Percebe-se, assim, que através da prova, o homem crente alcança a inteligência. Mas, na verdade, o objetivo do filósofo não era delimitar a prova da existência de Deus através de uma compreensão conceitual, pois o conceito é uma definição fechada e limitada. O problema, então, também não está na existência de Deus, mas sim na sua negação. Obviamente, Anselmo escreveu suas obras pensando, sobretudo, naqueles que creem na existência de Deus. No entanto, o insensato que nega a existência do Criador não foi negligenciado pelo bispo de Cantuária. Ao contrário, a segunda parte da argumentação relembra o Salmo 14, no qual está escrito: “diz o insensato em seu próprio coração: não há Deus”.

Anselmo se questionou, portanto, como a negação do insensato pode ser justificada. Contra essa posição, o filósofo realizou “um movimento dialético com a negação do insipiente, usando-a justamente como força de sua demonstração. No percurso do Argumento único, a negação de Deus acaba servindo como confirmação da existência do Criador” (MARQUES, 2017, p. 444).

Dito de outra forma, quando o insensato nega a existência de Deus, ainda assim ele compreende o argumento, mesmo não acreditando realmente em sua existência. Com base nesse raciocínio, observa-se que o insensato se contradiz em sua afirmação, pois, no mesmo ato em que nega, concomitantemente também afirma a existência do ser divino. Apesar disso, Anselmo ainda reconheceu que o insensato, mesmo com sua incredulidade, pode fazer uma ideia vaga ou incerta sobre Deus. Esse reconhecimento em nada altera o conteúdo argumentativo anselmiano, visto que:

[...] o filósofo considera a “importante distinção entre ter a ideia de um objeto na inteligência (*rem esse in intellectu*) e compreender realmente a sua existência (*intelligere rem esse*). É claro que o insensato ainda não compreende a existência efetiva do ser divino, mas ele já possui esta ideia no seu intelecto e, como vimos, existir na inteligência já é verdadeiramente existir, conforme o entendimento anselmiano (MARQUES, 2017, p. 445).

Desse modo, ainda que o insensato não possua um sentido completo sobre Deus, este termo possui para ele, de certa forma, algum significado. A conclusão a que se chega, então, é que Deus não somente existe, mas Ele existe necessariamente e, conseqüentemente, a negação da Sua existência é impossível.

Já no capítulo IV, Anselmo complementou seu argumento mostrando a possibilidade de Deus ao estabelecer uma distinção entre dois modos de pensar, ou dizer, no coração. A complexidade dessa questão não permite que se parta de uma simples definição verbal,

[...] e sim um pensamento que concebe a Deus assim como Ele é na realidade. Somos incapazes de pensar a sua não existência, simplesmente porque esta não corresponde à realidade. Mas se lhe é possível existir realmente, Ele de fato existe realmente (MARQUES, 2017, p. 449-450).

A fim de sanar bem a questão, Anselmo estabeleceu a distinção entre as duas formas de pensar:

Com efeito, de uma maneira se pensa (*cogitatur*) a coisa, quando se pensa (*cogitatur*) a palavra que a significa, e de outra maneira, quando se entende (*intelligitur*) aquilo mesmo que a coisa é. Assim, pois, daquele modo pode pensar-se que Deus não é, mas de forma alguma deste modo. Certamente, ninguém que entenda o que Deus é, pode pensar que Deus não é, ainda que diga essas palavras em seu coração, ou sem nenhuma significação, ou com alguma significação estranha. Pois, Deus é algo tal que não pode pensar-se maior. Aquele que bem entendeu isto, principalmente entendeu que ele mesmo é de tal forma que nem no pensamento poderia não ser (ANSELMO,

1988, p. 95).

A argumentação de Anselmo parte, assim, da ideia de que a pessoa pode “palavrear” sem, no entanto, ter a compreensão, ou mesmo a inteligência, com relação ao que foi dito. É isso que acontece ao insensato. Para o filósofo, o insensato “pronunciava a palavra, mas verdadeiramente não compreendia aquilo mesmo que a palavra significava. Quando alguém compreende verdadeiramente O que Deus é, não pode pensar na sua não- existência real [...]” (ROSA; PEREIRA, 1997, p. 36).

Essa distinção fica mais nítida especialmente quando se considera a utilização dos verbos latinos *intelligere* e *cogitare*. Para Anselmo, *cogitare* possui a conotação de conceber algo em pensamento, acenando para um movimento interior. Qualquer pensamento pode ser cogitado, desde que nele não haja contradição. Ele é admissível num primeiro estágio do conhecimento. Já o *intelligere* “é um movimento que se orienta em direção à realidade externa, que ultrapassa o interior do espírito. Cabe ao *intelligere* fazer a mediação entre o pensamento e a coisa (*res*), o movimento de acesso ao conhecimento se dá por meio do *intelligere*” (COSTA, 2009, p. 162).

De um ponto de vista pragmático, Anselmo entendia que quem pronuncia a palavra Deus e a compreende não pode pensar que Ele não exista realmente. O filósofo considerou, assim, grande a responsabilidade que a inteligência traz consigo, por que “O que primeiro acreditei pelo teu dom, o compreendo agora a tua luz, de tal maneira que, mesmo se não quisesse acreditar que tu existes, não poderia deixar de a compreender” (ANSELMO, 2007, p. 9). Esta citação de Anselmo aponta para a compreensão da existência de Deus como uma verdade inerente à razão humana e, portanto, que não pode ser ignorada. Tal assertiva possui implicações importantes não apenas para a filosofia teológica, mas para todas as áreas do conhecimento, já que lembra aos indivíduos que o que eles sabem os compromete e os influencia em relação às suas ações.

O argumento anselmiano é permeado, nesse sentido, por um realismo que une e forma uma perfeita correspondência entre linguagem, pensamento e realidade. Esse realismo de Anselmo pode ser compreendido pela capacidade do pensamento de distinguir movimentos diferentes. Conforme Costa (2009, p. 164):

A capacidade reflexiva da *cogitatio* que reconhece ser iluminada por isso que ela não é, por isso que é *in re* e não somente *in intellectu*. Compreende que há um objeto pensado *in re* e não somente pensado *in intellectu* distingue dois momentos da mesma *cogitatio* que, toda interior a si, a partir de sua

atividade imanente, reconhece nela a presença disso que a transcende.

Anselmo transformou o realismo advindo do platonismo em um realismo teológico

[...] que justifica a investigação racional relativa aos mistérios da fé cristã. Ou seja, a posse das verdades reveladas por meio da fé faz com que a razão seja constantemente vinculada ao seu conteúdo e sua investigação siga o movimento lógico que parte da fé [...] (REALE; ANTISERI, 2005, p. 154).

É aí, exatamente, que se visualiza a força do argumento de Anselmo, de modo que “se existe uma certa contradição em negar algo, então esse algo não existe” (FERREIRA, 2019, p. 20). O legado de Anselmo fica evidente na seguinte formulação: “com os meios do pensamento cabe pensar sempre adiante o próprio pensar. Se não há prova da existência de Deus, também não há prova da sua não existência” (STREFLING, 2009, p. 150). Enfim, o argumento de Anselmo “não deduz nem pressupõe a existência de Deus, ele a encontra, e o faz colocando em evidência a necessidade racional de afirmar a existência divina” (COSTA, 2009, p. 166). Ao longo da história da filosofia, esse argumento foi amplamente utilizado, assim como também foi perpetuado pela teologia.

Dessa feita, o *Proslogion*, escrito pelo filósofo e teólogo medieval Anselmo de Cantuária no século XI, foi considerado uma das obras mais importantes da filosofia medieval. Nele, Anselmo apresentou um argumento a favor da existência de Deus, conhecido como o argumento ontológico, que tem sido objeto, desde a sua formulação, de intensos debates filosóficos (CARVALHO, 2023).

O argumento ontológico de Anselmo começa com a definição de Deus como “aquilo do que nada maior pode ser pensado”. Anselmo argumentou que se uma pessoa entende essa definição de Deus, ela deve aceitar que Ele existe, porque se Deus não existisse, algo maior poderia ser pensado, de tal modo que a existência de Deus seria, portanto, necessária para que a Sua própria definição seja verdadeira (FLOYD, 2019).

Essa argumentação foi bastante influente na história da filosofia, mas também foi alvo de críticas e objeções. Um dos principais críticos de Anselmo foi o filósofo medieval Gaunilo, que argumentou que a mesma lógica utilizada no argumento ontológico poderia ser usada para provar a existência de qualquer coisa imaginável, como uma ilha perfeita. No entanto, Anselmo respondeu a essas objeções

em sua obra, mantendo-se firme na perspectiva de que seu argumento era válido e que ele não estava tentando provar a existência de qualquer coisa imaginável, mas sim a existência de Deus, entendido como o ser supremo e perfeito (CARVALHO, 2023).

Além disso, Anselmo também argumentou que a existência de Deus é necessária para a compreensão da realidade como um todo. Nesse horizonte de reflexão, o filósofo arrazoou que se Deus não existisse, a realidade poderia ser comparada a um quebra-cabeça com uma peça faltando: algo estaria faltando para que a realidade, concebida como um todo, fizesse sentido (FLOYD, 2019).

Desse modo, a argumentação fundamentada por Anselmo no *Proslogion* corresponde à tentativa de provar a existência de Deus através do uso da razão e da lógica. Embora tenha sido criticada e debatida ao longo dos séculos, ela continua exercendo uma significativa influência para a filosofia e a teologia (CARVALHO, 2023).

Porém, além dos consensos com relação a ela, são encontrados também críticos ao seu respeito, cujas opiniões serão abordadas no próximo capítulo.

4 CRÍTICAS AO ARGUMENTO ANSELMIANO ACERCA DA EXISTÊNCIA DE DEUS

4.1 Crítica de Gaunilo

Ao longo da história da filosofia, muitos pensadores apresentaram críticas ao argumento ontológico proposto por Anselmo. Contudo, é importante destacar que o primeiro a desenvolver uma objeção foi um monge da abadia de Marmoutier, chamado Gaunilo. Embora ele se considerasse um discípulo de Anselmo, há evidências que sugerem que os dois nunca se conheceram pessoalmente.

Gaunilo argumentou que a mesma lógica utilizada no argumento ontológico poderia ser usada para provar a existência de qualquer coisa imaginável, não apenas a existência de Deus. Nesse sentido, ele usou o exemplo de uma ilha perfeita para ilustrar a fragilidade do argumento de Anselmo. Segundo Gaunilo, se considerássemos a ideia de uma ilha perfeita, ela seria algo frente ao qual nada maior poderia ser pensado, assim como a definição de Deus. No entanto, isso não significa que a ilha perfeita exista na realidade.

Apesar da crítica de Gaunilo, Anselmo defendeu que seu argumento era válido e que ele não estava tentando provar a existência de qualquer coisa imaginável, mas sim a existência de Deus, entendido como o ser supremo e perfeito. Ele argumentou ainda que Deus é necessário para a compreensão da realidade como um todo, e que a negação da Sua existência levaria a uma compreensão incompleta e fragmentada do mundo.

A objeção de Gaunilo e a resposta de Anselmo acenam para a complexidade e a profundidade da discussão sobre a existência de Deus na filosofia medieval, assim como para a importância do debate crítico e reflexivo em prol do avanço do conhecimento filosófico e teológico. As críticas do referido monge se encontram na obra intitulada *Liber pro insipiente*, cuja tradução adotada para o português foi *Livro em favor de um insipiente*. Nesse panorama, Gaunilo é comumente relatado como um monge de “notável agudeza de espírito, [...] embora lhe admirasse sinceramente a obra, em vista da inegável riqueza de seu conteúdo, contesta a validade da prova nela exposta, e, neste ponto, prefere tomar o partido do insensato” (FERREIRA, 2019, p. 21)

Gaunilo, em seus escritos, não negou a importância da obra de Anselmo e reconheceu seus méritos e contribuições para a filosofia e a teologia. No entanto, ele

apresentou uma crítica contundente ao argumento ontológico de Anselmo, arrazoando que ele é falho e não possui a robustez necessária para comprovar a existência de Deus.

Para Gaunilo, o problema do argumento ontológico é que ele parte de uma definição conceitual de Deus como “aquilo do que nada maior pode ser pensado”, sem fundamentá-la em nenhuma experiência concreta ou observação empírica da realidade. Dessa forma, segundo Gaunilo, a mera definição de algo não é suficiente para provar sua existência.

Além disso, Gaunilo argumentou que a mesma lógica do argumento ontológico poderia ser usada para provar a existência de qualquer coisa imaginável, como uma ilha perfeita, como já destacado. Então, ele propôs o famoso exemplo da “Ilha Perfeita” para demonstrar que o argumento ontológico anselmiano não é válido, pois mesmo que uma ilha perfeita possa ser definida como algo do qual não se pode conceber nada maior, isso não prova a sua existência no mundo real.

Assim, enquanto Anselmo sustentou que a existência de Deus é necessária para que a definição de Deus como “aquilo do que nada maior pode ser pensado” seja verdadeira, Gaunilo argumentou que tal definição não pode ser utilizada para provar a existência de Deus. Entretanto, o crítico pareceu bastante convencido quanto à negação em admitir a questão relacionada a não pensar que Deus não existe, entendendo que:

[...] o próprio fato de pensar que alguém pense que Ele não exista já seria a afirmação da possibilidade de pensar a não existência de Deus. Do mesmo modo, a própria necessidade de provar a existência de Deus já denotaria que a existência Dele poderia ser tomada por duvidosa, ou falsa (SILVA; MEDEIROS, 2015, p. 27).

Ou seja, em sua obra, Gaunilo colocou em dúvida a possibilidade de se pensar verdadeiramente sobre Deus. Para o monge, “a própria argumentação de Anselmo [...] de que Deus só pode ser pensado como existente não faria sentido algum. Se, de fato, Deus não pode ser pensado como não-existente seria até mesmo desnecessário argumentar em favor disso” (MARQUES, 2017, p. 452). A primeira objeção de Gaunilo se caracteriza, nesse sentido, pelo fato de que “o pensamento não se ocupa apenas do que existe podendo-se pensar no que não existe, ou que não é suscetível de existir, ou ainda podendo-se produzir pensamentos falsos” (SILVA; MEDEIROS, 2015, p. 27). Gaunilo, então, propôs uma distinção entre aprender a ideia

de algo e apreender a existência desse algo.

Para Anselmo, o conceito do “*aliquid quo maius nihil cogitari potest*” é evidente e autoexplicativo. Na obra, tal fórmula não apenas serviu de princípio e fundamento “para evidenciar a existência de Deus, mas também funcionará com critério para a determinação dos atributos divinos” (COUTO, 2017, p. 73). Gaunilo questionou totalmente esta ideia pois, para ele, o sentido que pode ser expresso pela sentença anselmiana está sujeito ao nível de compreensão do interlocutor, que pode ter um conhecimento obscuro, ou mesmo incorreto sobre a questão. Ele defendeu seu posicionamento se baseando na constatação de que o pensamento humano não só considera coisas existentes, mas também divaga por coisas efetivamente irreais, ou suscetíveis a existir.

Gaunilo defendeu, portanto, que o *argumentum anselmi* será útil e bem aplicado desde que o interlocutor concorde de antemão com a ideia fundamentalmente defendida, isto é, a existência de Deus. O *argumentum*, portanto, não faria outra coisa a não ser descrever e “apontar para um objeto do qual já se tem conhecimento” (ATAÍDE, 2016, p. 299) pois, nas palavras do próprio Gaunilo, “posso pensar somente pelo que compreendo através das palavras que são expressadas” (ATAÍDE, 2016, p. 299).

Desse modo, a sentença “*aliquid quo maius nihil cogitari potest*” (“o ser do qual não é possível pensar nada maior”) não é *per se* capaz de validar a suposta verdade que expressa, isto é, dizer que este mesmo ser ou ente exista no mundo real, pois, “assim como posso pensar que Deus existe em meu pensamento e provar sua realidade objetiva, da mesma maneira poder-se-ia pensar em coisas falsas e duvidosas” (FERREIRA, 2019, p. 23). O monge prosseguiu sua defesa do descrente distinguindo os momentos da inteligência, quando se compreende o objeto e se apreende a sua existência.

A crítica de Gaunilo consistiu no fato de Anselmo deduzir do *esse in intellectu* o *esse in re*, isto é, deduzir da ideia do ser a realidade deste (SILVA; MEDEIROS, 2015, p. 27). Quando alguém possui apenas uma definição nominal de um determinado ente, não há em seu espírito uma compreensão plena da existência dele. Portanto, não seria legítimo dizer que o ente representado existe no espírito do referido sujeito (COUTO, 2017, p. 83). Para Gaunilo, então, as ideias existem no espírito humano somente quando a apreensão for tal que a ideia possuída corresponda à natureza do ente significado pela palavra.

Para ilustrar seu argumento, Gaunilo apela para o exemplo do homem desconhecido. Alguém que ouvindo falar a respeito de um homem, ainda que deliberadamente inventado, em função da noção especial e geral que tem de homem conseguiria concebê-lo como real. Ora, “o fato de imaginar o homem no intelecto não justifica sua existência na realidade” (FERREIRA, 2019, p. 26). Muito mais se dará com Deus, ou “*aliquid quo maius nihil cogitari potest*”, ente do qual o descrente não possui noção alguma.

A respeito do desconhecimento de Deus por parte do indivíduo, além de questionar a própria possibilidade de pensar Nele, dado que o conhecimento humano se dá pelos sentidos, e é Deus puro espírito, não há como conhecê-Lo ou compreendê-Lo, “uma vez que não haveria algo com o que Ele se assemelhasse não havendo nenhuma noção genérica ou específica que pudesse servir de auxílio neste ponto” (STREFLING, 1997 *apud* SILVA; MEDEIROS, 2015, p. 28).

Parte crucial da refutação empreendida por Gaunilo ao Santo d’Aosta envolveu a aplicação literal do *ratio anselmi* em argumentações diversas à existência de Deus. Partindo do princípio de que a estrutura silogística anselmiana é verdadeira, poder-se-ia aplicá-la, por exemplo, para provar a existência de uma ilha ideal e desconhecida, a maior de todas as ilhas, dotada de imensos tesouros e riquezas. Seguindo o raciocínio do santo, a maior e mais excelente ilha deveria, necessariamente, existir, dado que “para admitir que não exista nada maior [...], é necessário crer em sua existência real” (FERREIRA, 2019, p. 18). Procedendo de tal forma em sua argumentação, o monge aplicou uma tática semelhante àquela empreendida por Santo Anselmo, isto é, *reductio ad absurdum*, porquanto, no *Proslógio*, o objetivo central é atestar a incoerência argumentativa do ateu, lá denominado néscio ou insipiente.

Ora, Gaunilo usou inteiramente a forma anselmiana contra o próprio Anselmo, demonstrando que tal metodologia apresenta incoerências e não satisfaz à função a que se propôs. Em sua crítica, Gaunilo ainda apreciou a definição da divindade pela sentença “*aliquid quo nihil maius cogitari*”, julgando-a imprecisa, além de destacar o fato de que “se não fosse possível pensar que Deus não existe, então, para que serve toda essa tua discussão ou argumentação dirigida justamente contra quem nega ou duvida que haja essa natureza superior?” (COUTO, 2017, p. 88). Sendo Gaunilo um contemporâneo de Santo Anselmo, sua crítica não poderia ficar sem réplica, intitulada *Quid ad haec respondeat autor ipsius libelli* (*O que o autor do*

opúsculo responderia a isso), ou apenas como *Liber apologeticus* (GAUNILLO, 1942).

A resposta foi desenvolvida em dez capítulos, nos quais se pode vislumbrar mais clara e cientificamente o *argumentum unicum*, uma vez que, segundo Anselmo, “o Proslógio foi construído como argumento filosófico, cuja compreensão é acessível a qualquer ser que possua razão” (ATAIDE, 2016, p. 301), apesar de apresentar um desenvolvimento ou uma espécie de aprofundamento da tese original.

A *Responsio* trata, primeiramente, do problema das ideias falsas. Anselmo postulou que mesmo havendo a possibilidade de se conceber coisas inexistentes ou suscetíveis a existir, não há razão para rejeitar que a definição do “ser do qual nada maior pode ser concebido” exista na inteligência, mesmo que não se tenha ainda certeza de que exista efetivamente na realidade. Ele ainda argumentou que se é viável inferir, ainda que imperfeitamente, acerca de alguns atributos divinos, “então, mesmo que ainda não se saiba se Deus existe ou não na realidade, podemos pensá-lo e, portanto, constatar sua existência como ideia *in intellectus*” (COUTO, 2017, p. 91).

O centro de gravidade da réplica anselmiana remete justamente ao “elemento mais significativo da crítica de Gaunilo, a saber, a passagem necessária da existência na inteligência para a existência na realidade” (MARQUES, 2017, p. 457), parodiado pelo monge no exemplo da Ilha Perdida. Partindo desse mesmo exemplo, ele afirmou que dada a sua natureza contingente, a ilha poderia ser pensada como não existente, inclusive não existindo de fato, diferente de Deus, ente infinito e ontologicamente necessário, sobre o qual não é possível pensar, a não ser como existente.

Tal asserção representa um refino no argumento original, de forma que a nova enunciação substitui a premissa original “‘existir fora da mente é melhor do que existir apenas na mente’ pela premissa ‘um ser que não pode não existir é melhor do que um ser que pode não existir’” (ANSELMO, 2007, p. 7). Dessa forma, Anselmo restringe seu argumento a Deus, desmontando a principal premissa da crítica de Gaunilo.

Contudo, apesar da bem fundamentada resposta de Santo Anselmo, fica evidente que há pertinência em muitas das teses desenvolvidas por Gaunilo, porquanto o *Proslógio* será revisitado e criticado muitas vezes ao longo da história da filosofia, o que foi feito por nomes que vão desde Santo Tomás e Maritain até Locke, Hume, Kant e Schelling.

4.2 Crítica de Immanuel Kant

Já no século XVIII, outro importante nome da Filosofia Ocidental a tratar da questão da existência de Deus foi o prussiano Immanuel Kant. Na elaboração de seu pensamento, Kant manifestou importantes divergências com relação ao que havia teorizado o Santo d'Aosta. O ponto central do argumento anselmiano, isto é, a existência de Deus, não foi em si o motivo da discordância de Kant que, na verdade, considerou falso o método aplicado pelo santo, porquanto defendeu que apenas de uma ideia não se pode tirar ou formar a existência de algo (KANT, 1983). “A existência só pode ser um dado da experiência, de forma alguma retirada de um puro e simples conceito, ou seja, não é simplesmente lógica” (SOUZA; PRESTES, 2014, p. 3).

Assim como Gaunilo, Kant apreciou a lógica e a linguagem aplicadas por Santo Anselmo, mesmo contestando a validade do seu argumento. “É precisamente esse aspecto de tais críticas que abre a possibilidade de uma crítica contemporânea, ligada à analítica, à linguagem” (SILVA; MEDEIROS, 2015, p. 29). Para Kant, três são as provas da existência de Deus: a *física-teológica*, por meio da qual defendeu que através da observação do universo e de sua ordem é possível, com a ajuda de um salto lógico, perceber a existência de um princípio organizador; a *cosmológica* que, partindo das coisas condicionadas e contingentes em direção ao ser incondicionado que fundamenta tudo o que é existente, busca a causa primeira; por fim, a *prova ontológica*, que fundamenta as demais provas.

O centro em torno do qual gravitou a crítica kantiana a Santo Anselmo é, e não podia ser outro, a questão do ser. Daí que o prussiano tenha apelidado a *ratio anselmi* de Argumento Ontológico. A crítica de Kant (1983) se baseou, fundamentalmente, no fato de que *ser* não é um predicado real, não é um conceito e, portanto, não pode ser utilizado como meio de acrescentar conceito a qualquer outra coisa.

Para Anselmo, a nota principal a respeito de Deus é a sua existência, tanto que sua *ratio* partiu, justamente, da aceitação desse dado teológico como evidência filosófica empreendida pelo descrente. Kant analisou o valor lógico e a legitimidade desse argumento. “Ele procede do seguinte modo: Deus é um ser perfeitíssimo, portanto ele existe. Assim, para que ele seja Deus perfeito deve existir necessariamente. Desse modo sua existência estaria contida no seu conceito” (SOUZA, 2017, p. 26).

Kant questionou o salto dado por Anselmo, indo da ordem lógica para a ordem real, isto é, partido da concepção mental do conceito de Deus para sua existência concreta. Para exemplificar, ele citou o caso do triângulo, no qual é contraditório demonstrar um triângulo e suprimir seus três lados, uma das conclusões fundamentais da obra *Crítica da Razão Pura*. Nesse livro, Kant explicou que o conceito de um ser absolutamente necessário, que muitas vezes é identificado como Deus, é uma ideia pura da razão que não tem fundamento na experiência empírica. Em outras palavras, a ideia de um ser absolutamente necessário é uma construção racional que não pode ser comprovada empiricamente. Kant sustentou, por conseguinte, que a razão humana possui limites que devem ser reconhecidos, e que a busca por alcançar conhecimento indo além desses limites pode levar a contradições e ilusões. Nesse sentido, a ideia de um ser absolutamente necessário pode ser vista como uma espécie de limite da razão, que aponta para algo que supera a experiência possível (KANT, 2005).

Ao tomar o conceito de Deus por sujeito e a existência como o seu predicado, segue que, ao suprimir o sujeito, desaparece também o predicado. Isto é, para ele a existência é uma necessidade lógica, e não existencial. No exemplo do triângulo, os lados da referida figura desempenham o papel de predicado. Portanto, a necessidade das partes do triângulo serem intrínsecas ao seu conceito é puramente lógica, como ocorre em um juízo qualquer (SOUZA, 2017, p. 26). Sendo assim, para o filósofo, não haveria contradição lógica em afirmar um Deus perfeitíssimo existente ou inexistente.

Ao dizer que Deus não existe, no máximo se está a dizer que o predicado que lhe acompanha não existe concomitantemente com ele (SOUZA, 2017, p. 27). Segundo Kant, logicamente ao sujeito triângulo se seguem os seus três ângulos. Conquanto, por outro lado, a necessidade do predicado advém da existência efetiva e objetiva do sujeito. Assim, se existir um triângulo, então, necessariamente, existem três ângulos. Do mesmo modo, se a existência de Deus é efetiva e objetiva, então necessariamente Ele existirá.

Kant considera que a afirmação “Deus existe” é um juízo infundado, visto que teoriza que o conhecimento se dá através de *fenômenos*, isto é, “nós conhecemos das coisas somente o que ela nos aparenta ser, não o que a coisa em si” (SOUZA; PRESTES, 2014, p. 4). Ora, sendo o conhecimento dos fenômenos baseado nos sentidos, nada se pode predicar a Deus, dado que Ele não é apreensível

sensivelmente e, portanto, não é Ente de conhecimento. Assim sendo, podemos com razão afirmar que “Deus é o ser necessário existente”, visto que tal sentença não parte do conhecimento mesmo, mas é resultado de uma operação lógica.

Dito isso, fica claro o motivo pelo qual em sua obra, em especial no livro *Crítica da Razão Pura*, de 1781, “Deus é apresentado como uma ideia, precisamente é o ideal da razão, a personificação da plenitude, perfeição de toda realidade” (SOUZA; PRESTES, 2014, p. 5). Assim sendo, ao comparar Deus ao triângulo, ter-se-ia uma explicação legítima. No entanto, notabiliza-se que o ponto de partida da comparação não é a existência de Deus, pois a característica que lhe acompanha enquanto atributo seria a necessidade, e não a contingência. Por outro lado, ele descartou “proposições do tipo ‘1 Se existe um triângulo (e é possível que não exista) então existem três ângulos. 2 Se existe um Deus (e é possível que não exista) então ele existe de forma necessária’” (SOUZA, 2017, p. 28).

Partindo desse pressuposto, percebe-se que o que há é praticamente uma negação da divindade, ou pelo menos uma espécie de indiferença diante dela, considerando-se que Kant concluiu que “ou Deus existe de forma necessária, ou Deus não existe de forma necessária, ou, dito de outro modo: ou Deus é um possível-necessário ou ele é impossível” (MANDELI, 2013, p. 40 *apud* SOUZA, 2017, p. 27).

Porquanto a existência de Deus não pode ser experimentada pelos sentidos, ou seja, não é fenomenológica, conclui-se que não pode jamais ser provada, demonstrada científica ou empiricamente. Dessa feita, não existe possibilidade de expressar o juízo “Deus existe”. “Para Kant este juízo é simplesmente analítico, sem expressar alguma coisa da existência real de Deus” (SOUZA; PRESTES, 2014, p. 6).

Partindo do Argumento Ontológico, o considerar “*aliquid quo maius nihil cogitari potest*” com Kant transformou-se em um juízo analítico no qual a existência de Deus é um posicionamento e, ao mesmo tempo, uma variável. Trata-se de algo que não pode ser provado ou demonstrado, mas que é puramente a síntese das percepções individuais, sejam elas religiosas ou não. “Não existe possibilidade de expressar o juízo ‘Deus existe’. Para Kant este juízo é simplesmente analítico, sem expressar alguma coisa da existência real de Deus” (SOUZA; PRESTES, 2014, p. 6).

Enfim, para Kant, os homens podem livremente atribuir predicados a Deus, sem, no entanto, negar o sujeito. Não obstante, não pode haver contradição entre o sujeito e o predicado. O ponto central e capital da crítica kantiana reside no fato de que na questão da ontologia da divindade não há, e nem pode haver, juízo sintético,

tampouco afirmação existencial.

Não havendo Deus experimentável, não pode haver um Deus real, mas um Deus meramente lógico, de forma que Santo Anselmo, ao afirmar que “Deus existe” ou que “Deus é existente”, trocou um predicado lógico por um predicado real e assim errou, uma vez que atribuiu a seu argumento uma abrangência muito maior do que de fato possui. Por fim, Kant concordou com a veracidade da necessidade e da perfeição de Deus, cuja existência não pode deixar de ser pensada. Apesar disso, e aí reside o cerne da crítica, “isto sempre é apenas um pensamento e a sua existência efetiva não se prova pelo simples fato de ter sido pensado: nós pensamos a sua existência, mas pelo fato de pensá-la não a comprovamos” (SOUZA; PRESTES, 2014, p. 6).

CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou o pensamento de Santo Anselmo de Cantuária no que diz respeito à questão da existência de Deus. Era do desejo deste pensador organizar uma argumentação filosófica e racional que fosse capaz de demonstrar a existência divina sem estar necessariamente presa aos princípios teológicos. Anselmo ambicionou formular um argumento que bastasse por si só e que lograsse os feitos que ele esperava. Para tanto, em meio aos cuidados de sua abadia na França e, posteriormente, como Bispo de Cantuária, na Inglaterra, Anselmo, sob forte influência do pensamento de Santo Agostinho, pôs-se a trabalhar arduamente na questão da existência de Deus.

O primeiro fruto de seu esforço intelectual foi a obra *Monologion*, e em seguida *Proslogion*, na qual desenvolveu sua argumentação. A conclusão anselmiana é que racionalmente o homem não é capaz de afirmar que “Deus não existe”, já que, ao ser “aquele algo em relação ao qual nada maior pode ser pensado”, Deus já se faz existente no próprio ato de negação.

Ainda que tenha algumas limitações, o pensamento de Anselmo é inovador e, inclusive por isso, serviu como base para outros intelectuais ao longo da história do pensamento filosófico. Contudo, como ocorre com todos os grandes pensadores, a argumentação realizada por Anselmo também foi alvo de críticas, sendo as mais contundentes as apresentadas pelo monge Gaunilo e pelo filósofo alemão Immanuel Kant.

Gaunilo e Kant procuraram seguir os mesmos princípios racionais que conduziram Anselmo em sua reflexão. Com efeito, Anselmo ainda replicou as ponderações de Gaunilo, mas este também merece mérito, já que suas críticas são marcadamente bem construídas. Kant, todavia, vivendo séculos depois de Anselmo, apenas o utilizou como um dos paradigmas de seu pensamento contrário à metafísica.

Por razões óbvias, em tão poucas páginas, a pesquisa aqui apresentada não pretendeu encerrar a reflexão sobre os assuntos que levanta, mas espera de fato alcançar êxito em tornar mais conhecidas e estudadas as reflexões desse filósofo que foi um dos pioneiros a unir razão e fé em um só contexto de pensamento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A. de. A contribuição de Anselmo de Cantuária para a filosofia medieval. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 27, n. 40, p. 13-23, 2015.
- ANSELMO, S. **Proslogion**. Tradução de Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ANSELMO, S. **Santo Anselmo e Abelardo**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).
- ATAIDE, G. O argumento ontológico de Anselmo de Aosta e objeções de Gaunilo. **Pensar- Revista Eletrônica da FAJE**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 393-304, 2016.
- BRANDÃO, J. S. Aristóteles e a Escolástica Medieval. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 30, n. 43, p. 151-164, 2018.
- CHAUÍ, M. **Introdução à filosofia**: de Sócrates a Santo Agostinho. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- COSTA, C. A. A. A ciência na Idade Média: das trevas à luz. **Revista de História da Medicina e da Saúde**, v. 2, n. 3, p. 11-20, 2015.
- COSTA, L. R. O argumento único de Anselmo. **Primeiros Escritos**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 153-167, 2009.
- COUTO, A. A. C. O embate entre Anselmo e Gaunilo em torno da possibilidade de provar a existência de Deus a partir da ideia de Deus. **Scintilla**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 67-100, 2017.
- DAVIES, B. **Anselm of Canterbury: the major works**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- FERNANDES, J. G. O legado de Anselmo de Cantuária para a tradição platônica na filosofia medieval. **Cadernos de História da Filosofia**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 33-48, 2020.
- FERREIRA, F.; BARTH, K. (Orgs.). **Dicionário de teologia**. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2000.
- FERREIRA, A. M. “O ser do qual não é possível pensar nada maior”: uma exposição do Argumento Ontológico do Proslógio e a resposta de Anselmo à crítica de Gaunilo. **Território Acadêmico**, Taubaté, v. 2, p. 9-41, 2019.
- FLOYD, S. Anselm’s Ontological Argument. In: ZALTA, E. N. (Ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford University, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/anselm-ontological/>. Acesso em: 23.abr.2023.
- FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas.

São Paulo: Martins Fontes, 2019.

GAUNILO OF MARMOUTIERS. "A Reply to Anselm's Ontological Argument". *In: Philosophical Fragments*. Translated by B. Davies. Indianapolis: Hackett Publishing, 1991.

GAUNILO OF MARMOUTIERS. Liber apologeticus pro responsione ad proslgonion. *In: Anselmi Cantuariensis Archiepiscopi Opera Omnia*. Vol. 1. Edinburgh: Thomas Nelson and Sons, 1942. p. 155-192.

GILSON, É. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

IZIDORO, A. E. **Fé e razão**: o discurso religioso-filosófico na perspectiva do cristianismo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Filosofia) – Escola de Educação, Centro Universitário Internacional Uninter, Curitiba, 2017.

IZIDORO, J. L. Fé e razão no pensamento de Santo Anselmo. *In: SIMPÓSIO DE TEOLOGIA*, 1., 2017, Belo Horizonte. **Anais do Simpósio de Teologia da PUC Minas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017. p. 13-22. Disponível em: http://www.teologia.pucminas.br/anais_simposio_2017/. Acesso em: 20.abr.2023.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

KANT, Immanuel. **Critique of Pure Reason**. Edited by Paul Guyer and Allen W. Wood. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

KENNY, A. **Anselm**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LACOSTE, J.-Y. **Dicionário crítico de Teologia**. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004.

MARQUES, J. da C. L. Fé e Razão no Argumento Único de Santo Anselmo. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 431-461, 2017.

MONDIN, B. **Curso de Filosofia**. Os filósofos do Ocidente. 7. ed. São Paulo: Paulus, 1982.

OLIVEIRA, T. Poder e escolástica no Ocidente Medieval. **Dimensões**, Vitória, v. 25, p. 266-285, 2010.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia**: Patrística e Escolástica. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

ROMIO, J.; HACKMANN, G. L. B. Fé, razão e verdade: a contribuição de Anselmo de Cantuária. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 38, n. 159, p. 47-63, 2008.

ROSA, J. S.; PEREIRA, M. H. R. **Proslogion** - texto integral, leitura orientada e

propostas de trabalho. 2. ed. Lisboa: Texto Editora, 1997.

SÁNCHEZ DE LAS MATAS, F. **Anselmo de Canterbury: vida, obra e influência.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **História da Filosofia.** São Paulo: É Realizações, 2018.

SCHNEIDER, J. H. J. Em busca de Deus: Santo Anselmo de Cantuária e a prova ontológica da existência de Deus e sua crítica. **Scintila**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 129-152, 2015.

SILVA, E. E. da.; MEDEIROS, R. R. de. Algumas críticas ao argumento ontológico de Anselmo de Aosta. **Revista Ágora Filosófica**, Recife, v. 1, n. 1, p. 21-36, 2015.

SILVA, L. A. da. Anselmo de Cantuária: o primeiro escolástico autêntico. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 247-262, 2019.

SOUSA, F. A. A importância da razão na teologia de Anselmo de Cantuária. **Revista Interdisciplinar de Ética e Direitos Humanos**, Bauru, v. 3, n. 1, p. 10-19, 2021.

SOUZA, H. L. W. de; PRESTES, R. de S. A crítica de Kant sobre o argumento ontológico de Santo Anselmo. **Anais da XIII Semana Acadêmica do Curso de Filosofia da FAPAS**, p. 1-7, 2014. Disponível em: <http://br60.teste.website/~fapas413/files/journals/5/articles/349/public/349-1317-3-PB.pdf>. Acesso em: 20.abr.2023.

SOUZA, J. P. Anselmo e Kant: embates sobre o argumento ontológico. **Cadernos Cajuína**, Teresina, v. 2, n. 2, p. 24-30, 2017.

SOUZA, R. M. C. A influência da teologia escolástica na filosofia medieval. **Filosofia e História da Educação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 78-93, 2021.

SOUZA, R. M. de. Do surgimento da Escolástica (Patrística, século V) ao Argumento Ontológico de Anselmo de Cantuária (Século XI). **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v. 9, n. 1, p. 3-17, 2020.

STREFLING, S. R. A dialética do argumento único de Santo Anselmo. **Ágora Filosófica**, Recife, v. 9, n. 1, p. 137-152, 2009.